

Morte e vida esquerdista

Hugo Fanton

Pós-doutorando no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), pesquisador do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC-USP) e do International Research Group on Authoritarianism and Counter-Strategies (IRGAC), professor colaborador da Universidade de Freiburg (Alemanha)

“Essa cova em que estás,
com palmos medida,
é a cota menor
que tiraste em vida”
(MELO NETO, 1955)

A palavra crise, na acepção original, indica momento de mudança súbita, e teve seu primeiro uso corrente na área da saúde, indicando o ponto culminante da evolução de uma doença, o momento de definição entre a cura e a morte. No debate político atual, é acompanhada por múltiplas adjetivações: climática, econômica, política e social; ou adjuntos adnominais: do capitalismo, da democracia, da esquerda. É a última que me interessa neste texto, e o debate sobre como evolui: é na cova em que estás ou ainda és viva?

O tema ganhou alguma repercussão no Brasil a partir das provocações do filósofo Vladimir Safatle, que atestou: “a esquerda brasileira morreu como esquerda”, ao abandonar “as ideias de igualdade radical, soberania popular, autogestão da classe trabalhadora e de transformação estrutural da sociedade” (SAFATLE, 2024). Do lado de lá do Atlântico, em tom menos dramático, porém consonante, a hipótese é a de que o “fim da história” ganhou forma na esquerda como fim das utopias e emergência de uma visão melancólica de mundo: o presente torna-se imutável e o passado uma lembrança da derrota (TRAVERSO, 2016).

“Morremos de morte igual,
mesma morte Severina”
(MELO NETO, 1955)

Lá e cá o diagnóstico indica, como causas mortis, o avanço do mercado e da financeirização sobre todos os âmbitos da vida, a fragmentação do trabalho e da classe trabalhadora, a extrema dependência do consumo para a reprodução social e a deterioração da solidariedade de classe. Ainda que tentem “abrandar estas pedras suando-se muito em cima” (MELO NETO, 1955), as forças de esquerda não logram se apresentar como alternativa transformadora. Presas em miragens pregressas, estão incapazes de construir novas possibilidades de futuro (TRAVERSO, 2016).

Apresento um contraponto, sem deixar de falar de morte. Aqui, no entanto, tratar da morte é também buscar a vida. E quem nos guia é João Cabral de Melo Neto, nesse intento de acompanhar a retirante morte e vida esquerdista.

“Mas, para que me conheçam
melhor Vossas Senhorias
e melhor possam seguir
a história de minha vida,
passo a ser o Severino
que em vossa presença emigra”
(MELO NETO, 1955)

É preciso conhecer então o termo do debate. “Esquerda” é conceito polissêmico, de amplo e variado uso, e que apesar de auxiliar na análise política pelo posicionamento dos atores no espectro ideológico (como o faz Safatle), pouco diz sobre a heterogeneidade das forças sociais envolvidas nas lutas políticas. Entre as muitas frações de classe que compõem a sociedade – subproletariado, campesinato, proletariado, classes médias, pequena burguesia, burguesia interna ou associada, burguesia industrial ou financeira etc. – os valores que definem a posição no espectro político variam em forma e conteúdo, daí as dificuldades a que o próprio termo adotado remete: a quem chamamos esquerdas?

Em linhas gerais, é possível apresentar esse heterogêneo campo pela composição de alguns grupos específicos, para o qual adoto como critério a fração de classe:

- i) Esquerda popular urbana, composta, por exemplo, por movimentos de moradia e associações de base comunitária, que realizam ocupações pela função social da terra e propriedade coletiva, mutirões autogestionários como forma de efetivação do direito à habitação, além de coletivos de mulheres, de negros e negras e LGBTQIA+ de base territorial periférica;

ii) Esquerda popular do campo e das florestas, congregada por trabalhadores/as sem-terra, atingidos/as por barragens, populações indígenas e quilombolas, comunidades ribeirinhas e agrupamentos variados e espalhados pelo país que têm na luta pela soberania popular e pela terra denominadores comuns;

iii) Classe média progressista, que congrega movimentos sindicais, organizados em torno da luta por direitos trabalhistas e melhores salários; artistas e universitários/as, em geral mais diretamente envolvidos no debate intelectual ou iniciativas vanguardistas; e ativistas das mais variadas causas em luta por direitos por meio de organizações da sociedade civil que realizam formações políticas, dão suporte para organizações populares e colaboram na construção de políticas públicas inclusivas;

iv) Esquerda partidária, que reúne pessoas com atuação em partidos de esquerda ou na burocracia do Estado, e é composta por essas diferentes frações das classes trabalhadoras.

A genérica palavra “esquerda” refere-se então a um conjunto que congrega amplos grupos sociais, e que partilham dos valores propostos por Safatle. Se olharmos a fundo as especificidades de cada uma das lutas em que esse campo heterogêneo está inserido, desde os atingidos pelos crimes da Vale até grupos de mulheres auto-organizadas em uma favela pelo combate à violência de gênero, dentre muitos outros exemplos, podemos identificar a presença, com força, das ideias de transformação estrutural orientada pela igualdade, soberania popular e autogestão da classe trabalhadora. A importante exceção, que talvez paute Safatle e o debate mais amplo, é a esquerda partidária em contexto eleitoral, dada a opção tática recente de rebaixar o programa para supostamente ganhar apoiadores/as em conjuntura de majorias orientadas por valores de direita.

“Devo rezar tal rosário
até o mar onde termina,
saltando de conta em conta,
passando de vila em vila.
Vejo agora: não é fácil
seguir essa ladainha”.
(MELO NETO, 1955)

É importante ressaltar uma diferença significativa no interior dessas forças heterogêneas conhecidas como “esquerdas”: há considerável clivagem entre as classes

populares e a classe média, e no que se refere à luta pela forma de efetivação de direitos isso pode se desdobrar em antagonismos.

Nos anos 1970-80, com a derrota da luta armada e revolucionária, tanto setores populares quanto médios participaram do processo de reorganização das forças políticas hoje reconhecidas como a esquerda brasileira, sobretudo pela atuação nos ascendentes movimentos populares e sindicais. O novo sindicalismo, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e movimentos comunitários (SADER, 1988) confluíram para a criação de um novo instrumento político, o Partido dos Trabalhadores (PT). Mas tanto no partido quanto no sindicalismo há divisões internas entre trabalhadores/as dos setores privado (formal e informal) e público. Quem compõe o funcionalismo, realiza trabalho de escritório ou é profissional liberal se move por interesses e concepções diferentes daqueles do trabalhador manual e da massa industrial de reserva que integram as classes populares (BOITO Jr, 2004: 212-3).

Para dar um exemplo, uma das questões que opõem interesses na atuação partidária e no sindicalismo entre classe média e os movimentos populares urbanos se refere ao lugar da burocracia de Estado na efetivação de direitos que ambos defendem. De um lado, o sindicalismo do setor público reivindica a ampliação de serviços sob gestão estatal, por meio da construção de carreiras públicas e realização de concursos, que garantem aos setores médios o acesso a postos de trabalho. De outro, movimentos populares muitas vezes reivindicam, como forma de efetivação do direito e da participação, o repasse de recursos públicos na forma convênio, o que garante aos setores populares acesso a postos de trabalho. Esse antagonismo varia de intensidade de acordo com a área de atuação: na habitação, com a produção de moradia por autogestão, uma prática adotada desde o governo municipal de Luiza Erundina em São Paulo no final dos anos 1980, o conflito é menor, pois o trabalho envolvido é manual, não entra em contradição com a ideologia meritocrática que move as classes médias na defesa da administração direta estatal. Em contraposição, na educação infantil (sobretudo no acesso a creches), trabalho que ideologicamente se fundamenta no mérito, o embate se explicita, e opõe na cena aqueles que defendem sua estruturação pela seleção estatal meritocrática, e os que reivindicam o reconhecimento político da participação popular na elaboração e efetivação do direito – oferta de serviços públicos pelo convênio entre Estado e organizações populares.

Na conjuntura atual, no campo da esquerda, os dois lados dessa contenda estão sob risco de morte morrida e matada, em todo tipo de emboscada. O neoliberalismo já vem há mais de 30 anos minando as possibilidades de universalização de direitos pela ampliação dos serviços sob gestão estatal e executados pelo funcionalismo público. Do outro lado, as disputas políticas nos territórios colocam a esquerda popular em embate com forças ligadas a igrejas, crime organizado, empresariado e associações clientelistas

ligadas a parlamentares da direita. Estas forças disputam, e na maioria das vezes vencem, as seleções de convênio para oferta de serviço público, o que torna a perspectiva participacionista da esquerda uma raridade, além de espriar uma institucionalidade popular pelas periferias, controlada por organizações conservadoras e neoliberais.

“Só a morte tem encontrado
quem pensava encontrar vida,
e o pouco que não foi morte
foi de vida Severina”
(MELO NETO, 1955)

A existência de uma institucionalidade de promoção das forças de direita e de mercado nos territórios populares composta por variados tipos de organização, como apontado acima, é apenas um dos componentes da cova aberta às esquerdas. Também operam nesse sentido fenômenos macrosociais de importância estrutural, como o avanço da financeirização nos últimos decênios, que vai muito além do incremento significativo do poder das finanças sobre a produção e envolve “processos contingentes que transformam todo tipo de coisas em ativos” (LANGLEY, 2020), incluindo a reprodução social, os modos de vida das famílias e as políticas sociais (Lavinas, 2017).

Na luta pela terra, constitutiva das esquerdas brasileiras em termos históricos e conjunturais, os movimentos deparam-se com novo desafio, de como se contrapor à forma “ativo financeiro”, em que o modo de determinação do preço da terra “prevalece sobre sua especificidade de ser um ativo real e de ter um valor de uso efetivo” (FIX; PAULANI, 2019: 645). A terra é reduzida a componente do capital portador de juros (HARVEY, 2013), enquanto, ao mesmo tempo, é “suporte da atividade imobiliária” (FIX; PAULANI, 2019: 650), um ativo real, base de um processo produtivo, muitas vezes estimulado como forma de superação de crises de sobreacumulação. Ou seja, um fundamento estrutural da luta social brasileira por “igualdade radical”, a terra, é também componente central do processo de acumulação, tanto no momento especulativo de crescimento quanto na crise econômica. Quando há excesso de mão-deobra e excedentes de capital, a necessária “correção espaço-temporal” para um novo ciclo de acumulação absorve tais excedentes por investimentos de longo prazo, e as formas de uso e ocupação do solo são componentes-chave de tal correção (HARVEY, 2003; FIX; PAULANI, 2019). Disso decorre muita – e constante – morte matada da esquerda no campo e na cidade, ontem e hoje.

Para além disso, a financeirização trouxe implicações para as relações globais de dependência, que até a década de 1980 assentavam-se primordialmente sobre as relações de troca. Com o neoliberalismo, ainda que esse componente siga vigente, “a extração de

valor dos países menos desenvolvidos pelos mais desenvolvidos está garantida pelo volume de passivo externo que cada economia carrega” (PAULANI, 2021), com transferência permanente e direta de riqueza na forma capital portador de juros. Existe um significativo diferencial de rentabilidade na composição de ativos e passivos dos países periféricos e centrais, que “decorre da posição na hierarquia monetária e financeira que ocupam” e condicionam países periféricos a pagar juros maiores que os do centro do capitalismo (CARNEIRO; DE CONTI, 2023).

“Não é cova grande.
é cova medida,
é a terra que querias
ver dividida”.

(MELO NETO, 1955)

A cova financista traz implicações para aquela que talvez seja a ideologia hegemônica nas esquerdas brasileiras desde os anos 1950: a desenvolvimentista. A força desta ideia-chave tem raízes históricas significativas: a conjunção entre modernização econômica de tipo capitalista e integração social perfeitamente diferentes períodos de ascensão das lutas populares no Brasil, como no populismo dos anos 1950-60, na relação entre industrialização e emergência do novo sindicalismo nos anos 1970-80, e na consecução gradual de um programa de redução da pobreza sem confronto com o capital que caracterizou o lulismo (SINGER, 2012) no neodesenvolvimentismo dos anos 2000 (BOITO Jr., 2012). Assim, o processo histórico elevou a ideologia desenvolvimentista a eixo gravitacional das disputas políticas no Brasil, em torno do qual circundam as esquerdas.

Os anos 2000, no entanto, sobretudo no contexto pós-crise de 2008, tornou-a uma cova grande para pouco defunto, em razão das transformações na inserção do Brasil no capitalismo global. A hegemonia financeira e a estruturação de uma “articulação triangular da acumulação de capital”, que relega o Brasil à condição de exportador de produtos primários (RUGITSKY, 2022), parecem reduzir os anseios do século XX a devaneio que carece de potencial transformador. O contraponto discursivo desenvolvimentista, apesar de congrega forças variadas em um amplo espectro político, pouco efeito produz na realidade interna ao país para alterar a posição que ocupa nas relações externas.

O parco defunto ainda sonha com o revigorar da industrialização, mas pouco logra se movimentar na cova das cadeias globais de valor em que jaz. O sepulcro da dependência reitera uma condição histórica que corrói tentativas democráticas e perpetua a superexploração do trabalho. Nesse vagar de retirante severino, cada passo a

frente em busca pelo moderno depara-se com a reposição do atraso que se imaginava deixar para trás (SCHWARZ, 2019). Novamente, a condição periférica permite aos setores economicamente mais avançados alcançarem altas taxas de lucro e um padrão de acumulação baseado em formas arcaicas de exploração do trabalho, reiterando as relações tradicionais que os chamados setores modernos afirmam buscar superar (OLIVEIRA, 1972; MARINI, 1973).

“Tanta coisa despiste em vida
que fugiu de teu peito a brisa.
E agora, se abre o chão e te abriga,
lençol que não tiveste em vida.
Se abre o chão e te fecha,
dando-te agora cama e coberta”.
(MELO NETO, 1955)

Em comum às variadas forças de esquerda também está a ausência de base social mobilizada com forças relevantes para defender o programa político que reivindicam. Isso está relacionado não apenas com as lacunas programáticas ou debilidades estratégicas, mas sobretudo pela ausência de respostas a dois dos mais fortes impactos neoliberais: a desintegração social e a atomização dos indivíduos.

No final da década de 1990, o sociólogo Francisco de Oliveira publicou um ensaio sobre o neoliberalismo e a inviabilidade de se concretizar o pacto social estabelecido pela Constituição de 1988. Trata-se de uma formulação que, a meu ver, completa o quadro desafiador neste século XXI. O neoliberalismo no Brasil teria promovido a passagem de uma “hegemonia burguesa ‘incompleta’” para uma situação em que sequer há espaço para a política, no sentido de contestação e disputa. Isso por produzir uma “volta ao indivíduo”, reduzido à “prevalência exclusiva do mercado como a única instituição reguladora”, não só na economia, mas da sociabilidade. É um quadro de violência produzida por Estado e mercado, com a completa “privatização do público”. Nessas condições, o neoliberalismo passa por uma estranha metamorfose: “sua face real é a do totalitarismo”, a anulação da política (OLIVEIRA, 1999). Os ideais democráticos foram esvaziados de conteúdo substantivo para se tornarem forma de imposição de uma ordem individualista e competitiva (GILLER, 2019), com “intensa subjetivação” da acumulação do capital e da desnecessidade do público (OLIVEIRA, 1999).

A morte da noção de público se assenta sobre a conformação de uma sociabilidade pós-fordista. O ciclo de reestruturação produtiva que se iniciou em 1990 no Brasil precarizou o trabalho (ANTUNES; BRAGA, 2009), e como consequência houve “recuo nas taxas de sindicalização e o desmanche do militantismo de base em favor de um aumento do pragmatismo das cúpulas sindicais” (BRAGA, 2014). Além disso, em

lugar da solidariedade de classe, a integração social nos grupos subalternos é crescentemente mediada por um consumismo extremo, alimentado pelo avanço da formação do mercado global capitalista. O que as esquerdas encontram “saltando de conta em conta, passando de vila em vila” (MELO NETO, 1955) é uma sociabilização regida por um novo padrão de consumo “baseado na capacidade do regime de acumulação mundializado em multiplicar a oferta de novos bens” e no “crescente endividamento das famílias trabalhadoras, que precisam fazer importantes sacrifícios para pagar as incontáveis prestações do comércio varejista” (BRAGA, 2014: 32).

“Que interesse, me diga,
há nessa vida a retalho
que é cada dia adquirida”?
(MELO NETO, 1955)

Com o quadro de morte completo, farei agora as vezes de Seu José, mestre carpina, em uma contracorrente do mar desta conversa, “porque senão ele alarga e devasta a terra inteira” (MELO NETO, 1955). Por mais desolador e desmobilizador que seja o cenário descrito, ainda assim é retrato parcial da realidade, que traz a todo tempo muitos novos filhos saltando para a vida: ocupações no campo e na cidade que reafirmam a soberania popular na luta pela terra, redes de solidariedade a vítimas de crimes sociais e ambientais, coletivos dos mais variados organizados em torno da defesa da vida e dos direitos, mobilizações nas ruas e em locais de trabalho e iniciativas variadas de educação popular, assistenciais e de defesa da institucionalidade pública existente voltada à universalização de direitos, como é o caso do Sistema Único de Saúde (SUS).

As experiências que conto são de envolvimento pessoal, mas o faço por sabê-las significantes de muito do que se passa em diferentes partes do país. E a primeira a que recorro é a da favela de Heliópolis, luta iniciada por retirantes nordestinos na década de 1970. Apesar de atravessada por muitos conflitos e contradições, é reveladora da esquerda em vida. A maré neoliberal torna a própria existência da favela, em região de grande valorização imobiliária em São Paulo, uma afronta à lógica da acumulação. E existe porque em diferentes conjunturas houve resistência para reafirmar a função social da propriedade e a soberania popular sobre aquele território. O mesmo raciocínio se aplica à Rádio Comunitária Heliópolis FM, uma ocupação do latifúndio no ar, uma disrupção do oligopólio da mídia, dos mais poderosos do país, em organização coletiva que envolveu a mulher trans Gerô Barbosa como liderança de um processo de transformação das relações de gênero, da lógica prevalente de ordenamento dos serviços de telecomunicação do país e da ocupação do território (SILVA, 2018a; SILVA, 2018b).

A luta pela terra é repleta de exemplos cotidianos de vida. A autogestão segue fortemente presente em mutirões de construção habitacional. São exemplos as ações da União Nacional por Moradia Popular (UNMP), apoiadas em uma vasta rede de organizações de base que realizam formação política, atos de rua por políticas urbanas e um dia a dia de reuniões de famílias para edificar com as próprias mãos o direito à moradia. A articulação nacional se desdobrou na iniciativa de lei popular da autogestão que prevê a propriedade coletiva da terra, um passo fundamental a ser dado para avançar na universalização do direito.¹

Outra experiência que congrega ocupações por todo o país é a Campanha Nacional Despejo Zero, lançada em 2020, em contexto de crescentes ameaças de reintegração de posse. Mais de uma centena de entidades espalhadas pelo Brasil se reuniram para mapear e denunciar ameaças de despejo, além de propor políticas que reafirmam o direito à moradia e à posse da terra. Para além de conquistas objetivas, como a incidência exitosa no Supremo Tribunal Federal (STF) pela suspensão dos despejos durante a pandemia, a articulação busca o fim da violação de direitos em processos de remoção/reassentamento, que só podem ocorrer como última alternativa em caso de risco às famílias em posse da terra, e uma política nacional de prevenção e mediação de conflitos fundiários no país.²

A campanha surgiu durante a pandemia da Covid-19, como parte de um conjunto significativo de ações dos movimentos populares e organizações da sociedade civil em defesa da vida. Dentre os muitos exemplos de solidariedade no campo e na cidade, trago aqui o da Central de Movimentos Populares (CMP) que, ao longo de dois anos, organizou ações que levaram toneladas de alimentos para as famílias mais vulneráveis, materiais de higiene e máscaras, além de liderar junto outras entidades a organização da Campanha Nacional “Fora Bolsonaro”, que levou milhares de pessoas às ruas em mobilizações fundamentais para o resultado eleitoral de 2022. As ações também contribuíram para pressionar o governo por vacinação e renda básica, o que resultou na adoção e extensão do auxílio emergencial, além da imunização contra o coronavírus.

“Muita diferença faz
entre lutar com as mãos
e abandoná-las para trás.”
(MELO NETO, 1955)

Outro exemplo mandatário é o dos povos originários. Aqui recorro a fato recente, e que me é mais próximo, pelo envolvimento da CMP. Um grupo de trabalho para

¹ Ver sobre a luta pela legislação aqui <https://unmp.org.br/category/pl-autogestao/> e exemplo de organização local aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=enYeulGpJJw>

² Ver mais em: <https://www.campanhadespejzero.org/>

incidência no encontro do G-20 produziu a Carta de Belém, documento com propostas da sociedade civil para o fim do desmatamento e a proteção dos territórios indígenas e tradicionais, com previsão de demarcação e regulamentações ambientais rigorosas. No lançamento, a indígena Christhiana Wira Suru, militante da CMP, reforçou o pedido por respeito ao meio ambiente e pelos direitos dos povos indígenas, especialmente no que se refere à Consulta Livre, Prévia e Informada da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata do direito de os povos indígenas serem consultados antes da tomada de decisões governamentais que afetem seus bens ou direitos. Também militante da CMP, a quilombola Igina Mota, vinculada ao Movimento Afrodescendente do Pará (Mocambo), ressaltou ainda que as organizações populares possuem práticas cotidianas que podem inspirar políticas de combate à emergência climática e pela transformação estrutural da matriz energética, destacando as experiências dos povos amazônicos como inspiração global. O documento, em si, pode dizer o leitor, é só mais um pedaço de papel que pouco efeito produzirá, mas ressalto que consolida lutas concretas e cotidianas de milhares de pessoas e centenas de organizações, e é para elas que devemos dirigir nossas atenções.

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) também deve ser aqui lembrado pela capacidade de articular, em âmbito nacional, a luta pelos direitos das populações atingidas pela construção e operação de barragens, pelas consequências da crise climática, como nas enchentes no centro-sul do país, e em resistência aos crimes das mineradoras responsáveis por rompimento de barragens de dejetos, como em Mariana e Brumadinho. São iniciativas que envolvem formação política de base, estrutura organizacional e mobilização permanente, e em favor de mudanças profundas na política energética, a ser orientada pela soberania nacional e popular. Dentre as muitas formas de atuação, destaco uma particular, a “Exposição Arpilleras: Atingidas em defesa da vida”, que traz peças têxteis produzidas pelas mulheres atingidas, expondo na forma de arte e bordado histórias, denúncias de violação de direitos e as lutas efetivamente vividas.³

Deixo, por fim, a menção ao Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), mais conhecido e de maior repercussão nacional e internacional, como referência de acúmulo de forças mesmo em contexto histórico amplamente desfavorável. O movimento tem sido exitoso em organizar um sistema produtivo de alimentos saudáveis em todo território nacional e em contraponto ao agronegócio, combinado com a histórica luta pela reforma agrária, com a atuação da Escola Nacional Florestan Fernandes, que promove iniciativas permanentes de educação popular de perspectiva marxista para militantes de todo o mundo, além de iniciativas de comunicação popular, dentre tantas outras experiências.

³ Ver a exposição aqui: <https://mab.org.br/mulheres/>

Apesar de aparentemente particulares e localizadas, essas variadas lutas são articuladas em iniciativas comuns dos movimentos, como na já mencionada Campanha “Fora Bolsonaro”, nas frentes nacionais de incidência política ou em contexto de campanha eleitoral, como na atuação das Brigadas de Agitação e Propaganda em 2022.

“É difícil defender,
só com palavras, a vida,
ainda mais quando ela é
esta que vê, Severina
mas se responder não pude
à pergunta que fazia,
ela, a vida, a respondeu
com sua presença viva.
E não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:
vê-la desfiar seu fio,
que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco
em nova vida explodida;
mesmo quando é assim pequena
a explosão, como a ocorrida;
como a de há pouco, franzina;
mesmo quando é a explosão
de uma vida Severina”.
(MELO NETO, p. 28)

São muitos os exemplos de vida nas esquerdas. Frente aos desafios de morte descritos, pode-se dizer que, apesar de significativas e impressionantes, são pequenas explosões, de vidas severinas. Não quero, com essa breve exposição de lutas em que, de alguma forma ao longo de minha trajetória, estive conectado, negar a existência de uma crise nas esquerdas e camuflar a extensão das dificuldades que enfrentamos. Mas, é preciso ressaltar que os quatro agrupamentos de esquerdas descritos no início possuem experiências cotidianas de enfrentamento, resistência e mesmo conquistas na perspectiva da igualdade, soberania popular e transformação estrutural da sociedade. Tais experiências, ao contrário de negadas, devem orientar a busca por reconstruir a possibilidade de ação coletiva em tempos de hegemonia neoliberal.

O desafio maior é como torná-las real alternativa política, como superar a atomização e fragmentação em favor de um processo organizativo e de luta de maior

alcance em termos de disputa de poder. Hoje, o centro da disputa política opõe, de um lado, forças neoliberais ortodoxas aliadas aos setores mais tradicionais e conservadores que buscam assegurar as condições históricas de superexploração do trabalho e reiterar a posição brasileira de economia agroexportadora. De outro, o terceiro governo Lula busca reestabelecer a aliança entre setores da burguesia e das classes trabalhadoras em torno do programa neodesenvolvimentista. No entanto, ao que parece, as condições para isso estão ainda mais desafiadoras, dado o momento do capitalismo global que reafirma a localização do Brasil no vértice subalterno da articulação triangular da acumulação, e a lógica financista de extração de valor das economias periféricas.

O impasse na periferia é estrutural, permanentemente reposto, em uma verdadeira contra-evolução, em que essa forma particular de capitalismo que analisamos, dependente, ao invés de mudar suas características ao longo do tempo parece a cada passo para o futuro nos antepor o passado. Por isso, é recorrente entre quem busca transformação encontrar-se em estado de derrota e imerso em um presentismo fechado de sofrimento, no limbo de um interregno sem fim. Mas o convite à vida é pela inversão dos termos do pensamento. Neste momento de crise e de dominação imediata, direta, diz Adorno que o aspecto social total do capital talvez possa perder o horror de sua estranheza e, conseqüentemente, seu poder. Nesse sentido, ser esquerda não mudou, é um convite permanente, definido por Gramsci como à dedicação sistemática e paciente de formar um novo *dever-ser*. Fazamos filosofia em ato e história em ato, antepondo à morte o movimento, em genuína e permanente construção do socialismo.